

## A mudança que não pode esperar

*RODRIGO MAIA*

Temos que fazer de 2018 um ano melhor. Um ano dedicado à busca de soluções para o profundo desequilíbrio fiscal do país, o qual impacta negativamente não só os indicadores econômicos, mas principalmente a vida dos brasileiros.

Um triste exemplo foi a notícia de que cinco Estados — Minas Gerais, Sergipe, Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro — não pagaram o 13º salário de seus servidores. Cerca de 1,5 milhão de trabalhadores, entre ativos, inativos e aposentados, além de seus familiares, foram privados de um direito básico, estabelecido há mais de meio século.

Não foi por acaso que a crise chegou a tal ponto. Adeptos do populismo, nossos últimos governantes passaram um cheque sem fundo para o Brasil pagar. A conta chegaria um dia, como alertamos diversas vezes. Mas, na época, fomos chamados de pessimistas e rotulados como a turma do contra, quando estávamos apenas sendo realistas.

A conta chegou em 2014, mal as urnas foram fechadas. O maior estelionato eleitoral da nossa história

deixou de herança a pior crise social e econômica das últimas décadas. São mais de 13 milhões de brasileiros desempregados. O preço, altíssimo, vem sendo pago por tudo e por todos, principalmente pelos mais pobres.

A irresponsabilidade desse passado recente causará estragos ainda maiores logo adiante se não tivermos a coragem de fazer as reformas fundamentais para o equilíbrio fiscal do Brasil, em especial a reforma da Previdência.

Quem tem verdadeiro compromisso com os brasileiros sabe que o atual modelo previdenciário é economicamente insustentável e socialmente inconcebível, pois são os trabalhadores mais pobres que financiam a aposentadoria dos mais abonados.

Corrigir tamanha distorção é vital para assegurar não só a aposentadoria desta e das futuras gerações, mas a própria viabilidade do país.

Só para se ter uma ideia, as despesas previdenciárias já passam dos R\$ 735 bilhões ao ano, o que corresponde a quase 57% do

Orçamento da União. A título de comparação, os gastos com saúde, excluindo a folha de pagamento, são da ordem de R\$ 103 bilhões — sete vezes menos.

Os investimentos em infraestrutura, por sua vez, andam na casa dos R\$ 26 bilhões, quer dizer, quase 30 vezes inferiores às despesas com a Previdência.

O problema fica ainda maior quando se observa que os custos previdenciários aumentam de R\$ 40 bilhões a R\$ 50 bilhões ao ano. Assim, se nada for feito, chegará o dia em que a única função do governo será pagar a Previdência.

Não haverá recursos para mais nada, incluindo a educação, a saúde e a segurança. Nesse contexto, chega a surpreender a oposição que o projeto sofre de grande parte dos servidores públicos. Afinal, a maior garantia de que a categoria vai receber salários, 13º e aposentadorias em dia é justamente a reforma da Previdência.

Transferir o ônus da reforma para os eleitos em 2018, como alguns defendem, não é solução. É agravar o problema. Em primeiro lugar,





porque, sem essa sinalização de mudança estrutural, a economia brasileira sofreria um novo baque, logo agora que esboça uma reação. Em segundo lugar, porque nada garante que o próximo governo terá a coragem de fazer essa e outras reformas essenciais para o país.

Estou convencido de que o decorrer do processo eleitoral colocará as coisas no seu devido lugar, mostrando quem realmente tem compromisso e responsabilidade com o país, mas não podemos e nem devemos correr o risco de pagar para ver. A história é implacável com aqueles que se omitem nos momentos que decidem os rumos de uma nação.

É por tudo isso que faço um apelo a todos que ainda resistem à reforma da Previdência, em especial aos meus colegas do Parlamento: vamos, juntos, lutar pelo equilíbrio fiscal; vamos, juntos, aprovar o quanto antes essa reforma que, por um lado, salva o Brasil de um desastre anunciado e, por outro, garante um país melhor, mais eficiente e mais justo para todos.

É isso o que o Brasil espera de nós. E é assim que faremos de 2018 um ano melhor.

RODRIGO MAIA, deputado federal pelo Democratas-RJ, é presidente da Câmara dos Deputados

## Economia de R\$ 1 bi de Alckmin incluiu cortes em estatal

*Anúncio contemplou R\$ 463 milhões da Prodesp, que não representam alívio imediato para o Tesouro estadual*

*Presidenciável tucano considerou também dados que não constam de sistema público de checagem orçamentária*

GABRIELA SA PESSOA - DE  
SÃO PAULO

Para chegar ao R\$ 1 bilhão de economia nos gastos administrativos que anunciou na semana passada, o governo Geraldo Alckmin (PSDB) considerou números de uma empresa estatal e outras projeções que não são verificáveis no sistema público de prestação de contas, o Sigeo (Sistema de Informações Gerenciais da Execução Orçamentária).

Esse montante diz respeito a cortes no custeio da administração estadual, a maioria sob a alçada da Secretaria de Governo. Entraram na conta gastos com diárias de viagens, frota de automóveis, telefone,

aluguéis de prédios para órgãos e secretarias, após cancelamentos e renegociações de contratos.

Uma das maiores cifras anunciadas por Alckmin, provável candidato do PSDB à Presidência em 2018, foi a de R\$ 463 milhões na Prodesp (Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo), estatal responsável pelos sistemas de informática de São Paulo e pela operação da rede Poupatempo.

A empresa não é dependente de recursos do Tesouro estadual. Por isso, esse corte de gastos não representa automaticamente um alívio nos cofres do Estado. No entanto, segundo o governo, a Prodesp pode utilizar essa economia para oferecer descontos em contratos com prefeituras e com o Estado.

O governo diz que o Sigeo não é a única forma de verificar as despesas. Esses dados não estão no sistema informatizado, segundo a

assessoria do Palácio dos Bandeirantes, mas podem ser consultados em buscas no "Diário Oficial" e nos balanços da empresa.

### PROJEÇÕES

O restante da economia diz respeito a cortes em gastos da administração direta.

O governo estadual anunciou redução de R\$ 38 milhões nos contratos de aluguéis de imóveis. Esse resultado leva em conta 60 contratos imobiliários encerrados desde 2015. A diminuição difere dos R\$ 9 milhões de aumento nesse mesmo período, em valores nominais, informados pelo Sigeo. O governo afirma que adotou outros critérios para o cálculo, como a soma dos valores dos contratos de locação cancelados.

Também foram anunciados R\$ 57 milhões a menos no uso de veículos, trocando parte da frota do Estado por carros do aplicativo Cabify. O número reflete uma expectativa de





redução, já que a medida não foi completamente implementada.

A maior redução, R\$ 424 milhões, se refere à criação do Comitê Gestor de Gastos, em 2015. O colegiado — formado pelas secretarias de Governo, Fazenda, Planejamento, Casa Civil e pela Procuradoria-Geral do Estado— reavaliou gastos que já haviam sido autorizados pela gestão e suspendeu a transferência de recursos não prioritários.

A redução anunciada nos gastos com o custeio do governo reflete a queda na arrecadação do Estado. Hoje, de acordo com a Fazenda, as despesas de São Paulo retornaram ao patamar de 2010. O Orçamento de 2018, com previsões mais otimistas, será 2% maior que o de 2017, considerada a inflação. Os R\$ 216 bilhões estimados vão

contemplar maiores aportes em educação e saúde (incluindo desde já as emendas parlamentares). Por outro lado, diminuirão as aplicações em áreas como cultura, transportes e segurança.

Técnicos do Tribunal de Contas do Estado ouvidos pela Folha afirmam que a economia de R\$ 1 bilhão em três anos é pouco significativa diante do Orçamento e dos desafios financeiros do Estado. Eles citam o estoque de precatórios que São Paulo precisa pagar até 2020. Segundo o último relatório de gestão fiscal da Fazenda, divulgado em outubro, esse passivo hoje é da ordem de R\$ 23 bilhões.

Outra questão é a insuficiência da Previdência. Em 2017, São Paulo realocou quase R\$ 18 bilhões de outros órgãos para cobrir aposentadorias, segundo o Sigeo.

## Dados públicos não são única fonte, diz governo

DE SAO PAULO

O governo de São Paulo, por meio de sua assessoria de imprensa, afirma que o Sigeo não é a única forma de verificar despesas. Também diz que as questões apontadas pelo TCE são estruturais e não se relacionam com os cortes de gastos administrativos.

"A economia de R\$ 1 bilhão obtida nos últimos três anos se refere ao esforço de gestão do Estado que visa reduzir os gastos cotidianos, administrativos. Não representa de nenhuma forma a contenção fiscal do governo, que não se limita a essas ações. O Sigeo não é fonte de comparação ano a ano dos itens em que houve economia. O Estado tem outras fontes de controle e acompanhamento, mais detalhadas

e específicas, elaboradas pelo comitê gestor de economias em 2015 e apresentadas à reportagem da Folha pessoalmente", afirmou o governo, em nota.

Sobre os apontamentos de técnicos de Contas, o governo disse que o TCE decidiu que só em 2018 não aceitará a inclusão da remuneração da educação no mínimo aplicado na Previdência: "São Paulo cumpre a legislação federal e estadual, bem como o entendimento vigente do Tribunal".

Sobre o pagamento de precatórios, a assessoria que São Paulo "pagará em 2017 montante superior ao 1,5% da receita corrente líquida que é obrigatório" e que a meta é zerar os valores em 2024. (gsp)